

Medidas de bilinguagem

Para que medir bilinguagem? Ou, qual o propósito de quantificar um conceito que se mostra tão fluido e dinâmico? As respostas a essas perguntas podem variar entre aquelas de cunho mais **social** (para conhecer a distribuição populacional de bilíngües em um dado país, por exemplo); ou mais **educacional** (como estudo de políticas educacionais para comunidades bilíngües); até mesmo de cunho **político** (se a questão é de segregação ou não de indivíduos bilíngües); e também **cognitivo/psicolinguístico** (cuja quantificação pode ser relevante para estudos relativos à organização cognitiva dos dois sistemas linguísticos, para a investigação de como a La e Lb são processadas em diferentes estágios da vida do indivíduo e os tipos de interferência entre línguas que podem ser observados, tendo em vista o grau de bilinguagem do indivíduo); ou **cultural** (julgamentos de valor). A respeito do aspecto **cultural**, Myers-Scotton (2006, p.4) nos lembra que “bilingüismo costumava ser visto como algo exótico”.

No Brasil, apesar das mudanças que já podem ser sentidas, os bilíngües em geral são vistos como pessoas abastadas que freqüentaram cursos de línguas estrangeiras e/ou fazem viagens ao exterior, ou porque são filhos de imigrantes (em geral ricos) que vêm trabalhar no Brasil em alguma empresa multinacional ou órgãos governamentais. Recentemente, incluem-se nesta lista os imigrantes asiáticos, nem tão ricos (coreanos, chineses, dentre outros) e do oriente médio (kwaitianos, sírios, iranianos, etc) que abrem aqui seus próprios negócios.

Mas não devemos perder de vista o caso da grande maioria dos nossos bilíngües: povos indígenas, comunidades de imigrantes no centro-sul do Brasil que mantêm suas línguas e dialetos (La), e os falantes de português brasileiro e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Esses bilíngües são exemplos de que, ao contrário do que muitos ainda pensam, bilingüismo não é uma “deficiência cultural” – nem tão pouco são os

bilíngües, exóticos – bilingüismo, na verdade agrega valor cultural a um indivíduo, uma comunidade, um povo.

Outro julgamento muito comum a respeito da bilingüidade de um indivíduo reside em sua capacidade de se expressar em La e Lb (Lc, Ln, etc.) da mesma forma, com a mesma fluência. Quer dizer, espera-se que o indivíduo bilíngüe seja um “bilíngüe equilibrado”, o que na realidade, praticamente não existe. Esse não equilíbrio é visto como fator negativo, defeituoso. Todavia esse “defeito” é a regra geral: uma língua domina a outra e essa dominância não caracteriza uma deficiência, mas um atributo positivo do bilíngüe.

A variedade de “tipos” de bilíngües e multilingües leva a várias tentativas de classificação desses indivíduos em diferentes categorias como uma forma de possibilitar medidas e descrições dessas diferenças (HAMERS & BLANC, 2000). As categorias usadas para descrever diferentes tipos de bilingüismo refletem os interesses dos pesquisadores num ou noutro aspecto específico da habilidade do bilíngüe.

A esse respeito, Hamers & Blanc (2000, pp 33-49) relacionam algumas propostas já desenvolvidas para medir bilingüismo e bilingüidade e seus respectivos pesquisadores, classificando-as em: 1) medidas comparativas; 2) medidas de competência bilíngüe⁴; 3) medidas de bilingüidade composta e coordenada; 4) uso de produção de auto-avaliação e auto-julgamento dos bilíngües; 5) medidas de especificidades bilíngües; 6) medidas de aspectos cognitivos da bilingüidade; e 7) medidas de aspectos afetivos da bilingüidade. Além dessa classificação anterior, Hamers & Blanc discutem no capítulo seis – “Fundamentos Neuropsicológicos do Bilingüismo” – o uso de medidas eletroencefálicas.

Tão variada pesquisa produz, podemos imaginar, muitas e diferenciadas classificações e “rótulos”. É claro que a utilidade desses rótulos depende dos interesses específicos do pesquisador. Geralmente não é possível comparar pessoas bilíngües sem levar em conta as diferenças e as similaridades entre esses indivíduos, em termos de algumas dimensões básicas, como a idade de aquisição da segunda língua, as circunstâncias em que as duas línguas são usadas, os padrões de uso das duas línguas na

⁴ Jakobovits (1970) trata da impossibilidade de definir competência em língua nativa, mas há testes para medir algumas competências específicas, por exemplo: Dunn (1959): Peabody Picture Vocabulary Test (medida de vocabulário receptivo); Reynell (1959): Reynell's Syntactic Complexity Test. Todavia tais testes não medem aspectos da competência comunicativa, como o conhecimento de regras ilocucionárias e de uso adequado das regras lingüísticas em situações de comunicação (HYMES, 1971; CANALE & SWAN, 1980)

comunidade, o nível de educação formal recebido em cada língua, e níveis de desempenho.

Mas, voltando aos propósitos de se medir bilingualidade, são conhecidas as perguntas sobre “comportamento bilíngüe” nos censos demográficos, políticos e econômicos em alguns países. Tais perguntas possibilitam a estimativa da distribuição de populações bilíngües em um dado território e permitem aos geógrafos e sociólogos mapear áreas de minorias lingüísticas. Esses estudos podem preceder a distribuição de vagas escolares, por exemplo, ou políticas de atendimento educacional às minorias lingüísticas diagnosticadas.

Lieberson (1981) discute as vantagens e desvantagens de pesquisas sobre bilingüismo baseadas em censos e questionários, e apresenta exemplos de medidas de diversidade lingüística propostas por Greenberg (1956). Mas Lieberson dá ainda outro tratamento ao multilingüismo. Ele inclui multilingüismo, creolização e padronização lingüística entre os diversos “problemas” sociolingüísticos (grifo meu).

O lingüista Greenberg propôs uma série de medidas de diversidade lingüística que podem ser usadas para determinar as possibilidades de comunicação entre a população de uma área delimitada. Uma dessas medidas é o “índice de comunicação” (**H**) que foi adaptado para o estudo do caso do multilingüismo em Montreal. O **H** dá a probabilidade de duas pessoas escolhidas a esmo na população de uma determinada área (Montreal, no caso) terem uma língua em comum. Assim, se **H** = **1,00**, isso significa que todas as pessoas na área estudada compartilham uma língua mutuamente inteligível. No extremo oposto, teremos **H** = **0** quando não há chances de duas pessoas quaisquer daquela área estudada compartilharem uma mesma língua.

As propostas de Greenberg (1956), baseadas em estudos estatísticos e probabilísticos, foram recomendadas meritoriamente pelos estatísticos Goodman e Kruskal (1959). Observando a considerável variação entre as áreas do mundo em sua diversidade lingüística, as medidas de Greenberg nos permitem quantificar essa diversidade num *continuum* que se estende da completa diversidade, de maneira que não existam sequer duas pessoas na área estudada que falem uma língua (ou dialeto) mutuamente inteligível, ao outro extremo, onde todos os habitantes compartilham uma língua em comum.

Entretanto, o próprio Lieberson (1981) lembra que por mais cuidadosas que sejam essas propostas de Greenberg (1956), elas vão sempre apresentar distorções uma vez que se baseiam em censos e questionários. Outra observação que Lieberson faz sobre as

propostas de Greenberg é que medir a diversidade lingüística de uma região é quantificar o multilingüismo nessa região, mas como determinar o grau real de habilidade de uma pessoa em cada língua nos vários propósitos da comunicação, ou seja, sua bilingüidade?

Medidas de bilingüidade aparecem entrelaçadas a conceitos como o de “proficiência”. É enorme a variedade de “testes de proficiência” disponível para se medir o desempenho ou o nível de um indivíduo em uma língua estrangeira para atender às exigências de um final de semestre letivo em uma escola de língua ou, ao contrário, nivelar um aluno/aluna para “ajustá-lo” a uma turma mais adequada a ele/ela nessas escolas. Nesses casos, são conhecidos os testes de verificação das quatro habilidades: compreensão escrita, compreensão oral, produção escrita, produção oral.

Em se tratando de situações sociais naturais onde o bilingüismo aparece como variável no componente educacional de um país, medir a bilingüidade dos indivíduos que compõem a minoria, ou minorias, bilíngües, pode representar um ato político de conseqüências importantes. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, a ênfase dada ao ensino de inglês às minorias lingüísticas tem sido assunto dominante nas políticas educacionais. Para tanto, as escolas americanas “testam” o nível de proficiência em língua inglesa de seus alunos bilíngües. Curiosamente, essa testagem se dá tão somente em inglês, ignorando-se a proficiência desses alunos e alunas em suas outras línguas.

3.1

Tipos de procedimentos e metodologias de medidas de bilingüidade conhecidos e problemas que apresentam (segundo a classificação de Taura, 1996)

A indeterminação em relação ao conceito de bilingüidade sempre foi o elemento complicador nas pesquisas sobre a determinação do grau de bilingüidade. Evidentemente, torna-se muito difícil medir o que não se conhece conceitualmente. A maioria das “técnicas” usadas para se determinar o grau de bilingüidade de um indivíduo tende a medir cada uma das línguas desse/a bilíngüe e então compará-las a

padrões monolíngües. Isso significa dizer que para essas metodologias de tomadas de medidas de bilingüidade, um indivíduo bilíngüe é tão somente a soma das suas duas metades monolíngües. Certamente sabe-se que ser bilíngüe é ser mais que isso. Medir a bilingüidade de um indivíduo é, para Lavandera (1978 *apud* Hamers & Blanc 1989, p.21) capturar a competência específica do bilíngüe.

Em seu artigo intitulado *Bilingual Measurement*, Taura (1996) relaciona de forma bastante didática as metodologias já desenvolvidas e usadas para medir bilingüidade. Enquanto as descreve, Taura aponta seus aspectos positivos e negativos, esclarecendo os problemas relacionados a elas e quais são suas falhas. Retomo aqui a classificação de Taura (1996) que começa por dividir essas metodologias em dois grandes grupos: as formais (que se subdividem em tradicionais e comportamentais), e as informais.

3.1.1

Testes/Medidas Tradicionais

Começando pelas formais, tomo primeiro o subgrupo *Medidas Tradicionais*. Essas metodologias normalmente testam a proficiência lingüística do indivíduo bilíngüe através de seus desempenhos em La e Lb, separadamente, considerando componentes tais como gramática, pronúncia, vocabulário, etc. e comparando-os com as normas monolíngües.

Taura (1996) aponta aqui pelo menos três problemas em relação a essas metodologias. Primeiro, para se determinar a “norma monolíngüe” de uma língua La, há que se determinar previamente o que seja competência lingüística de um falante nativo de La; e sabemos que essa competência pode variar de contexto para contexto de interação pessoal e social. Segundo, como já discutido anteriormente, a análise de um ou mais componentes lingüísticos isoladamente não configura o perfil bilíngüe de um indivíduo bilíngüe. O terceiro problema está relacionado com as “normas” com as quais os dados dos testes são comparados; essas normas variam de língua para língua, e nos diferentes estágios de vida do falante como, por exemplo, as normas relacionadas a itens lexicais.

Os *testes tradicionais* para medida de bilinguagem apresentam ainda problemas relacionados à tradução. É comum testes desenvolvidos em inglês, por exemplo, serem traduzidos para uma Lb e aplicados para diagnóstico da proficiência em Lb de falantes bilíngües. Isso significa que aspectos formais específicos de Lb, e seus aspectos culturais, não são levados em conta.

Ainda um outro problema que envolve os *testes tradicionais* diz respeito aos examinadores. Long (1990 *apud* Taura 1996) lembra que os examinadores podem interpretar mal os dados porque não estão familiarizados com a língua ou cultura em questão. Eles podem concluir apressadamente com base em uma pequena quantidade de dados.

Por fim, *testes tradicionais* até podem ser uma boa ferramenta em curto prazo para se configurar uma resposta a professores que buscam agir imediatamente nas deficiências lingüísticas do/a aluno/a, como justifica Baker (1993, *apud* Taura 1996). Mas, assim mesmo falham, pois enfatizam um único aspecto da competência lingüística do falante bilíngüe. É justamente essa competência lingüística que tais testes se propõem a medir. Taura (1996) cita uma expressão de Baker (1993, p.26) que retrata bem a deficiência desses testes: “reduzir a competência lingüística do dia-a-dia a testes de habilidades específicas é como medir a arte de Michelangelo somente pelos seus arranjos de cores”.

3.1.2

Testes/Medidas Comportamentais

São testes psicométricos desenvolvidos em resposta às falhas dos testes tradicionais. Esses testes psicométricos comparam as duas línguas de um indivíduo bilíngüe e o acesso desses indivíduos a elas verificando o quanto há de equilíbrio e/ou dominância entre elas. Todavia tais testes falham, pois partem do pressuposto que uma performance⁵ equilibrada entre La e Lb deveria ser a mesma quaisquer que fossem as duas línguas em questão.

⁵ Faço a opção pela palavra *performance* ao invés de *desempenho* para evitar incidir no conceito de *desempenho lingüístico*.

Entre esses testes estão os testes de medida de tempo-de-reação (*reaction-time measurement test*), por exemplo que medem o tempo de acesso de um indivíduo bilíngüe a palavras em La e suas traduções em Lb através do uso de um tactoscópio. Outro teste desse tipo é o que mede a competência do indivíduo bilíngüe em completar palavras. As palavras, ou antes, os inícios das palavras são apresentados a ele/ela para que produzam tantas palavras quantas conseguirem em ambas as línguas que compõem sua bilingüidade.

Um terceiro tipo dentre esses testes comportamentais consiste em ler em voz alta uma lista de palavras ambíguas constantes de ambos os léxicos de La e Lb. O problema aqui reside no limitado número de línguas que têm léxicos similares e na distribuição não equitativa dessas palavras em La e Lb.

Se por um lado esses testes comportamentais têm a vantagem de serem simples, fáceis de serem aplicados e compararem duas línguas diretamente, por outro procurar o que seja equilíbrio no desempenho lingüístico de falantes bilíngües soa evasivo. Mesmo porque, como bem lembra Taura (1996), Fishman (1972 *apud* Romaine 1995, p. 19) afirma que “indivíduos bilíngües são raramente igualmente fluentes em ambas as suas línguas sobre quaisquer tópicos”.

Uma característica comum aos procedimentos formais de medição de bilingüidade é o fato de que eles acontecem em ambientes clínicos e não em situações de vida cotidiana. Essa é a crítica que é feita a esses procedimentos pelos pesquisadores que optam pelas *metodologias/procedimentos de medidas informais*. Nesse caso, duas formas de coletas de dados de maneira informal surgem como uma alternativa à artificialidade dos dados dos testes formais.

A primeira forma, descrita por Taura (1996), é a que utiliza um questionário sobre o *background* lingüístico dos indivíduos bilíngües, no qual eles/elas fornecem informações sobre aspectos de sua bilingüidade: idade e contexto de aquisição de cada uma das línguas em questão. Se, conforme assegura Taura, por um lado esses dados são importantes e úteis para sinalizar o tipo de bilingüidade, o uso que o bilíngüe faz de cada língua, ou seu grau de escolaridade, por exemplo, por outro, eles encerram um alto grau de subjetividade, e podem insinuar atitudes em relação às línguas.

O segundo tipo de medida informal está baseado numa coleta de dados de base etnográfica, numa perspectiva mais micro-sociológica: observação participante, entrevistas, notas de campo, registros em áudio e/ou vídeo. Ou seja, pode-se assim construir uma rica e detalhada análise lingüística, apesar de restrita a um pequeno grupo a ser analisado. Entretanto, vale ressaltar, que os procedimentos de coleta de dados de base etnográfica não são viáveis em pesquisas longitudinais, justamente por dependerem de relatos individuais. Uma avaliação complementar pode ser dada por dados coletados através de uma abordagem macro-sociológica que provê informação estatística sobre assimilação lingüística e sobre diversidade, já que se trata de pesquisas ou censos com grandes amostragens.